

CONFERÊNCIA SINAIS VITAIS – ACELERAÇÃO RUMO AO FUTURO

Visão da CIP

29 de junho de 2020

(saudações iniciais)

Permitam-me que, antes de abordar o tema que me foi proposto, agradeça a boa colaboração do ISTE, através do seu Marketing FutureCast Lab, na organização desta conferência.

Esta iniciativa conjunta nasceu de um projeto que temos vindo a desenvolver, desde abril – o Projeto Sinais Vitais.

São tempos como este que nos obrigam a abandonar as nossas rotinas e a procurar novas soluções, novas formas de atuação.

Quase sempre, a melhor forma de o fazer implica juntar forças. O Projeto Sinais Vitais é um excelente exemplo de instituições que souberam juntar as suas forças, as suas competências, para alcançar um objetivo partilhado. Neste caso concreto, aliámos a

proximidade e facilidade de contacto da CIP com as empresas portuguesas, através sua rede associativa, com a capacidade técnica e científica de toda a equipa do Marketing FutureCast Lab do ISCTE, para conseguir obter dados quantitativos fiáveis sobre a realidade das empresas, permitindo uma atuação dinâmica do movimento associativo, fundamentada nas opiniões dos responsáveis das empresas, a cada momento.

O projeto avançou, alcançamos os nossos objetivos, lançámos já sete inquéritos – os resultados do último serão divulgados amanhã, em conferência de imprensa que terá lugar às 17:00. Em setembro retomaremos esta iniciativa, com os ajustamentos que a evolução da situação exige a que a experiência acumulada nestes meses nos aconselha.

Obrigado, pois, ao Marketing FutureCast Lab do ISCTE, por todo o trabalho competente e rigoroso que desenvolveu, *pro bono*, nesta iniciativa. Obrigado também às Associações Empresariais filiadas na CIP, que rapidamente se juntaram ao projeto e sem as quais

não teria sido possível obter uma adesão por parte das empresas que excedeu as nossas expectativas.

Minhas senhoras e meus senhores,

Qual a visão da CIP para o futuro?

Em setembro do ano passado, no exercício que levamos a cabo para definir as nossas propostas para a atual legislatura, identificámos cinco grandes desafios de fundo que se colocam à economia e, de um modo geral, à sociedade:

- O desafio da inovação e da transformação digital e tecnológica, que exige mais investimento, profissionais qualificados e lideranças empresariais que saibam definir estratégias e conduzir as mudanças daí decorrentes.
- O desafio da demografia, cujas tendências terão um impacto profundo na economia e no mercado de trabalho, para além das

suas repercussões na sustentabilidade dos sistemas de saúde e de segurança social.

- O desafio dos mercados globais, sujeitos às ameaças da onda de protecionismo que vivemos, mas onde as empresas se habituaram, contra todas as adversidades, a explorar oportunidades para crescer.
- O desafio do endividamento, do Estado e das empresas, onde encontramos um forte constrangimento ao investimento.
- O desafio ambiental e da exploração racional dos recursos, para o qual a sociedade está cada vez mais desperta e que só poderá ser vencido com as empresas.

Apresentámos, então, as nossas propostas, estruturadas em três grandes capítulos - pessoas, competitividade e sustentabilidade – olhando estes eixos não de forma isolada, mas como os ângulos de um triângulo que é preciso articular, com vista ao desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, económico e ambiental.

Concluimos que é fundamental pôr em marcha um exigente processo de reconversão da força de trabalho para enfrentar o desafio da transformação digital e tecnológica e assegurar a sua permanente adequação às necessidades do mercado do trabalho.

No domínio da fiscalidade, a prioridade definida foi o estímulo ao investimento, e, em especial, à capacidade de autofinanciamento do mesmo.

Na linha dos trabalhos que vimos desenvolvendo há muitos anos, defendemos medidas tendentes à capitalização e financiamento das empresas portuguesas.

A promoção de um ambiente de negócios atrativo e estimulante foi considerado outro vetor essencial à competitividade, permitindo às empresas concentrarem os seus recursos na criação de valor e competirem em mercados cada vez mais exigentes.

Com as medidas que apresentámos no capítulo dedicado à sustentabilidade, procurámos ultrapassar a dicotomia entre ambiente e economia, com empresas ao mesmo tempo mais

competitivas e ambientalmente mais responsáveis e com uma forte dinâmica económica sustentada por novas tendências de procura.

O objetivo, era, então, contrariar as previsões que apontavam para a continuação de uma trajetória de abrandamento da atividade económica e combater os problemas que bloqueavam o potencial competitivo da economia, não nos contentando com um crescimento medíocre, mesmo que superior à média europeia.

Hoje, a realidade económica mudou profundamente, sob os efeitos disruptivos e sem precedentes da crise provocada pela pandemia. Subitamente, a tendência de abrandamento do crescimento económico transformou-se na maior queda da atividade económica de que temos memória.

A prioridade imediata foi garantir a sobrevivência do maior número possível de empresas, sem que tivessem de recorrer a despedimentos, assegurando ao mesmo tempo a reativação da capacidade produtiva, à medida que as restrições à sua atividade

pudessem ser levantadas. A palavra de ordem foi, pois, num primeiro tempo, salvar as empresas para preservar o emprego.

O Governo procurou conceber e implementar, desde o início, em diálogo com as empresas e os seus representantes, medidas no sentido de acorrer aos problemas de tesouraria das empresas, no sentido de atenuar o impacto económico da pandemia. Tímidas e desajustadas, num primeiro tempo, estas medidas foram-se adequando, à medida que o Governo foi ouvindo os agentes económicos e se foi apercebendo da dimensão dos problemas.

Subsiste, ainda, no entanto, um grande desfasamento entre os apoios disponibilizados e as necessidades. Persistem, aqui ou ali, disfunções que prejudicam a eficácia e rapidez com que as medidas chegam ao terreno. Além disso, o esgotamento de muitas das medidas tomadas numa primeira fase deixou de fora milhares de empresas.

É tempo, por isso, de reorientar e reforçar medidas, ao mesmo tempo que se desenham estratégias para a recuperação.

Nesse sentido, a CIP teve oportunidade de apresentar as suas propostas, no Plano Extraordinário de Suporte à Economia Portuguesa, elaborado logo no início de abril e atualizado, completado e desenvolvido em meados de maio.

Defendemos, neste plano, a alteração de paradigma face às medidas que têm vindo a ser postas em prática. De facto, com a exceção do *lay-off* simplificado, a generalidade das medidas até agora implementadas têm em comum o facto de implicarem, ou o aumento do endividamento, ou encargos mais pesados num futuro relativamente próximo.

Ora, o endividamento, que já era, no rescaldo da crise anterior, um forte constrangimento a um relançamento do investimento, colocará as empresas numa posição ainda mais fragilizada no momento exigente da recuperação. Para além do risco imediato de muitas empresas não aguentarem a perda de receitas e encerrarem definitivamente a sua atividade, há que acautelar outras situações:

- a de termos empresas que sobrevivem, mas caem em dificuldades financeiras que as impedem de investir, pondo assim em causa a sua competitividade face a concorrentes externos;
- a de termos empresas que, pela fragilidade da sua estrutura de capitais, se tornam vulneráveis a aquisições hostis, por parte de empresas estrangeiras ou de “fundos abutres”, que terão, nos próximos tempos, um cenário muito propício à sua atividade.

Por isso, o primeiro eixo do plano que apresentámos consiste em medidas com vista à capitalização das empresas, das quais destaco a criação de um Fundo de Fundos (Fundo de Capitalização de Emergência), com três mil milhões de euros disponíveis para capitalização de empresas através dos fundos de capital de risco.

Com a mesma preocupação propusemos ainda:

- A conversão de Garantias de Estado em incentivo não reembolsável para as empresas que mantiverem a atividade económica e garantirem a manutenção do emprego, ao longo dos próximos quatro anos;

- O reforço do Capital de Risco;
- Um instrumento de recurso, para casos absolutamente excepcionais, em que poderá haver lugar a operações de capitalização direta promovidas pelo Estado Português no quadro do novo regime de auxílios de Estado.
- A ampliação dos incentivos fiscais à capitalização.

Outra linha de ação deste plano consiste no reforço das linhas de crédito, e na negociação com o FEI e BEI de Garantias de Carteira, reforçando a capacidade de resposta do sistema financeiro.

Entre outras medidas propostas destaco ainda:

- Pagamentos a pronto por parte do Estado
- O apoio do Estado aos seguros de crédito (à exportação, mas também no mercado nacional)
- Um conjunto de medidas de natureza fiscal, entre as quais o alargamento e prolongamento do regime de diferimento dos impostos e das contribuições da segurança social,

- Um forte apoio à formação em larga escala dos trabalhadores, para que o emprego recupere rapidamente assim que a atividade económica puder retomar em pleno.
- Um Simplex COVID.

O Programa de Estabilização Económica e Social, a que o Orçamento Suplementar vem dar suporte financeiro, avança já com algumas medidas que vêm ao encontro destas propostas.

Detetamos, contudo, lacunas (não prevê, por exemplo, o alargamento dos diferimentos parciais de pagamento de impostos e contribuições); insuficiências (como no caso dos apoios aos seguros de crédito) e pouca ambição na reorientação da estratégia no sentido de soluções que favoreçam o reforço de capitais das empresas.

É preciso, agora, evoluir rapidamente para um verdadeiro Programa de Recuperação, mais ambicioso, mais focado no futuro e nas condições necessárias para recolocar as empresas e a economia na rota do crescimento.

Os grandes desafios de fundo, que identificámos, terão de ser reequacionados à luz da nova realidade. Todos se mantêm. Alguns assumem, agora, uma nova acuidade. Em particular, como vimos, o desafio do endividamento, mas não só.

Se o desafio da inovação e da transformação digital e tecnológica impunha já a necessidade de requalificação ou mesmo reconversão profissional no cenário pré-Covid19; agora, torna-se ainda mais urgente. A pandemia vem acelerar um processo de transformação de competências que já se vinha a desenhar. Para além de gerar desemprego, esta crise está a sedimentar ainda mais a onnipresença de novas tecnologias na forma como trabalhamos. É crítico que, em articulação com as empresas, o Estado apoie a formação em larga escala dos trabalhadores, para que adquiram competências que os tornem atrativos no mercado de trabalho.

Será, também, um erro supor que a pandemia irá reduzir o desafio ambiental. Como nos raros casos em que, no passado, a poluição

mundial do carbono caiu, impulsionada por choques económicos, doenças e guerras, é inevitável que as emissões aumentem novamente assim que a economia iniciar o processo de recuperação.

Temos, por isso, pela frente, um caminho difícil e desafiante porque as prioridades para a maioria das empresas estarão ligadas à recuperação financeira e, também, a alterações nos modelos de negócio; no entanto, vai ser necessário que não se perca o foco nos imperativos do desenvolvimento sustentável, designadamente os da transição energética e da Economia Circular. Novos equilíbrios vão ser necessários, a par de um forte pilar económico, para conciliar sustentabilidade ambiental e competitividade empresarial e garantir que a transição não leve à desindustrialização e à destruição de emprego.

Numa outra perspetiva, a pandemia da COVID-19 gerou um importante alerta para excessivas dependências criadas pela globalização e para a necessidade de garantir que, no futuro, as

cadeias de abastecimento estejam mais próximas dos locais de consumo.

Uma outra lição que poderemos retirar é a dos riscos decorrentes da grande dependência da produção industrial da Europa relativamente à China.

Precisamos de uma estratégia capaz de inverter o declínio e assegurar o fortalecimento da nossa base industrial. Uma base industrial que não poderá deixar de estar inserida em cadeias de valor globais, mas que deve evitar dependências excessivas.

Certamente, não se poderá, por decreto, condicionar as decisões das empresas no que respeita às suas estratégias de investimento ou aprovisionamento. Mas não tenho dúvidas sobre a necessidade de criar um ambiente mais atrativo para a competitividade e a inovação, libertando as empresas do peso de regulamentação desnecessária e demasiado onerosa, dos elevados preços da energia e de outros fatores que tornam

excessivos os custos da atividade industrial, em Portugal e na Europa.

Minhas senhoras e meus senhores,

Em suma, a visão de futuro delineada pela CIP antes da pandemia mantem-se, nas suas grandes linhas. Terá, é certo, que integrar uma nova perceção e interiorização de mudanças, algumas já bem visíveis, outras menos perceptíveis, ao nível da tecnologia, dos negócios, das estratégias, dos comportamentos individuais, das políticas públicas, dos (des)equilíbrios geoestratégicos. Mudanças que determinarão um “novo normal”.

Sobretudo, o caminho é agora imensamente mais exigente, requerendo medidas excecionais para tempos excecionais.

Reconheço que o esforço orçamental inerente à política que defendemos será acrescido. Mas esse esforço, no presente, é imprescindível para garantir uma recuperação mais rápida e mais

forte, que sustente, nos próximos anos, o regresso ao crescimento e a finanças públicas equilibradas.

Nesse esforço, não estaremos sós.

O plano de recuperação proposto pela Comissão Europeia, proporciona uma resposta financeira comum e de dimensão apreciável às exigências da recuperação europeia, sem sobrecarregar o endividamento dos Estados-membros.

Com o novo instrumento financeiro, serão criados novos programas, alguns dos quais particularmente dirigidos às empresas, e serão reforçados programas e políticas já existentes.

Uma delas é a política de coesão que terá um reforço de 55 mil milhões de euros, mais que compensando a perda de 7 mil milhões no quadro financeiro plurianual. Este reforço demonstra a reabilitação desta política e a sua nova relevância no quadro da resposta rápida a esta crise.

Os fundos serão aplicados no apoio aos Estados-membros, para financiar o investimento público e as reformas, mas também no

estímulo à retoma do investimento privado. Está previsto um novo Instrumento de Solvência, para satisfazer as necessidades de recapitalização das empresas. Está prevista, também, uma nova Facilidade para Investimentos Estratégicos, em cadeias de valor fundamentais para a resiliência e autonomia estratégica da Europa.

Tudo isto vem ao encontro das preocupações que aqui expressei. É essencial, agora, que, no Conselho Europeu, os Estados-membros cheguem a acordo político sobre estas propostas, antes das férias de verão, para garantir que os fundos cheguem rapidamente à economia. As negociações adivinham-se difíceis, mas creio que, politicamente, o retrocesso não será admissível.

O que parece estar adquirido é-nos favorável e permite a Portugal uma resposta mais robusta e mais adequada, para uma recuperação mais rápida e mais forte.

Se, como se exige, o acordo for alcançado, Portugal terá em breve a possibilidade de recorrer a um montante muito considerável de verbas.

Teremos a oportunidade de concretizar um conjunto de investimentos estratégicos, que tardam, há muito, concretizar-se. Precisamos, por isso, de repensar o Programa Nacional de Investimentos, que nunca chegou verdadeiramente a sê-lo. Espero que essa oportunidade seja agarrada, com uma visão de longo prazo, prioridades ancoradas no interesse nacional e critérios bem definidos, que permitam um verdadeiro alinhamento entre os objetivos estratégicos e os grandes projetos que lhes dão corpo.

Destaco aqui a necessidade de investir a sério na competitividade das ligações ferroviárias de Portugal à Europa. Sendo cada vez mais evidente que a competitividade das nossas trocas comerciais com a União Europeia, baseada na rodovia, não é sustentável, a principal prioridade deveriam ser os dois corredores ferroviários

de ligação com a fronteira, em via dupla e bitola europeia, viabilizando um transporte de mercadorias com os nossos principais mercados de destino.

Em conclusão, é preciso definir, desde já, estratégias de políticas públicas e estratégias empresariais capazes de orientar com eficácia os recursos que estarão à nossa disposição. Recursos que deverão ser utilizados não só numa perspetiva de recuperação, a curto-prazo, mas com uma visão mais alargada, de resposta aos grandes desafios de fundo que se nos continuam a colocar, tendo sempre presente o objetivo do relançamento de uma base industrial renovada, mais forte e mais resiliente.

Se formos capazes de o fazer, estaremos mais perto de vencer uma crise cujas causas, ao contrário de todas as outras, estão perfeitamente determinadas e sabemos que são temporárias. Teremos, então, oportunidade de reconduzir Portugal à rota do desenvolvimento, rumo a um futuro mais promissor e mais próspero.